

CURRÍCULO E INCLUSÃO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Uriel Mendes Carneiro de Oliveira¹
Josinaldo Monteiro da Silva²
Adenize Queiroz de Farias (Orientadora)³

RESUMO

O currículo desenvolvido nas escolas é um importante instrumento de poder e transformação social que afeta diretamente no modo como a sociedade configura-se e no comportamento dos sujeitos. Nessa ótica, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre algumas questões alusivas às pessoas com deficiência visual e as estratégias de ensino que são empregadas para ajudá-las no processo de aprendizagem e inclusão efetiva na sociedade. Para fundamentar nosso estudo, buscamos apoio nas arguições de Maciel (2000), Nunes e Lomônaco (2010), Farias (2018), entre outros, de modo que possamos compreender como essa problemática da inclusão tem sido desenvolvida pelos docentes e seus impactos na vida dos indivíduos com deficiência visual. Vale destacar que este trabalho justifica-se pela eminente necessidade de apontar possíveis caminhos para uma mudança teórico-prática dos professores visando o desenvolvimento de uma prática educativa inclusiva. Desse modo, desejamos que estas reflexões possam oferecer caminhos para a implementação de ações que ajudem no trabalho dos profissionais da educação referente aos sujeitos com deficiência visual.

Palavras-chaves: Currículo. Deficiência visual. Estratégias de ensino. Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

A inclusão social dos alunos com deficiência tem sido uma das importantes ações desenvolvidas no decorrer dos anos e que, ao longo desse percurso, venceu importantes obstáculos. Tudo começou com a exclusão, na qual as pessoas com deficiência eram invisibilizadas, tratadas com indiferença nos diferentes contextos sociais. Nesse período, pouco se pensava em criar estratégias de inclusão desses sujeitos na sociedade. Assim, no transcorrer do tempo, fortaleceu-se a segregação. Dentro dessa perspectiva, as pessoas eram agrupadas, porém não no mesmo grupo daquelas sem deficiência.

Já no tocante a integração, os indivíduos com deficiência fazem parte do grupo dos que não tem deficiência, embora ainda não consigam, de fato, se inserirem significativamente. E por fim tem-se a inclusão, cujo propósito é garantir às pessoas com deficiência a participação, a convivência e o respeito mútuo nos mais variados espaços da sociedade.

¹Graduando do Curso de Pedagogia do Campo da Universidade Federal da Paraíba- PB; carneirouriel@gmail.com;

²Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - PB; josinaldo86@hotmail.com;

³Profª Dra. em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - PB; adenize.queiroz.ufpb@gmail.com.

Este trabalho, que foi construído após nossa participação na disciplina Métodos e Técnicas de Educação Especial, ofertada a alunos do Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, tem por objetivo identificar estratégias de ensino que contribuam para fortalecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual matriculados em uma escola da rede regular da cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

É importante observar que, apesar do grande aumento no número de matrículas desses estudantes no ensino regular, a maior parte de seus professores sentem-se despreparados para recebê-los, razão pela qual geralmente deixam de adotar metodologias de ensino que contemplem as reais necessidades desses discentes.

Vale enfatizar que essa é uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa cujos dados foram coletados através de um questionário (contendo dez perguntas) e observação na escola a fim identificar como a pessoa responsável pelo Atendimento Educacional Especializado trabalha. Para o desenvolvimento da pesquisa e a construção do questionário, recorreremos às reflexões de Maciel (2000), Nunes e Lomônaco (2010), Farias (2018), entre outros.

Desse modo, inicialmente, apresentaremos uma breve reflexão sobre a inclusão social e suas influências para assegurar uma sociedade justa, democrática e solidária. Logo após, discutiremos sobre a deficiência visual e os impactos na vida dos sujeitos, de modo que possamos compreender quais obstáculos dificultam ou não a participação ativa daqueles que possuem esse tipo de deficiência. Nesse contexto, também refletiremos sobre as estratégias de ensino que podem ser implantadas para favorecer a inclusão de todos nos espaços escolares e na sociedade. Por último, mostraremos a análise dos dados coletados através do questionário e da observação da prática docente.

Diante do exposto, esperamos, com esse estudo, oferecer pistas de ações que auxiliem os professores no trabalho voltado a alunos com deficiência visual.

2 DEFICIÊNCIA VISUAL E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL

Antes de adentrarmos na definição de deficiência visual, falaremos da inclusão social. Essa pode ser definida como o processo de participação, envolvimento, integração, a fim de que os indivíduos com deficiência façam parte de um determinado ambiente, exercendo uma participação ativa em igualdade de condições com as demais pessoas presentes.

No século XIX, ocorreram, no Brasil, as primeiras iniciativas visando a escolarização do aluno com deficiência visual, o que se verificou em 1854, “pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que tinha por atribuição ministrar

a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris” (BRASIL, s/a).

No século seguinte, reacendem as preocupações voltadas aos estudantes com deficiência e, em relação aos alunos com deficiência visual que em nosso país não contavam com livros em braile, foi criada no “dia 11 de março de 1946 e foi registrado em cartório o primeiro estatuto da Fundação para o Livro do Cego no Brasil” (NOWILL, 2018). Este importante órgão foi idealizado por Dorina Gouveia de Nowill, primeira mulher cega que se tornou professora em nosso país, a qual presidiu esta organização até os anos 1990.

Para melhor ajudarmos no ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual, é importante compreendermos que, de acordo com o Ministério da Saúde (2008), considera-se como pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira,

(...) quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10° (categorias 3, 4 e 5 do CID 10) (BRASIL, 2008).

É nesse contexto que a educação se faz necessária, pois a inclusão se inicia ao inserir o indivíduo com baixa visão ou cego na escola, possibilitando reduzir obstáculos que dificultem a sua inserção social.

2.1 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: preconceitos e potencialidades

As pessoas que possuem algum tipo de deficiência sempre foram alvo de preconceito, piadas, tanto na escola quanto fora dela. A marginalização, a exclusão perante a sociedade continuam e, infelizmente, sendo frequentes. Nesse sentido, pessoas com deficiência eram/são vistas como indivíduos que não poderiam/podem contribuir e se integrarem à comunidade. Nunes e Lomônaco (2010) afirmam que,

As pessoas cegas, frequentemente, são tidas como especiais, como portadoras de características profundamente diferenciadas das outras pessoas, tanto na literatura como na mídia em geral. Esse preconceito impede que se perceba o cego como um ser humano (NUNES; LOMÔNACO, 2010, p. 5).

Na citação anterior, os autores utilizam a expressão “portadoras”, termo que, nos dias atuais considera-se inadequado, tendo em vista que a deficiência não se trata de um acessório. Nessa mesma citação, há a colocação da pessoa com deficiência como não sendo um ser

humano. Ao contrário, consideramos que tais pessoas são seres humanos e, como tal, possuem direitos e deveres, limites e potencialidades.

Entretanto, essa invisibilidade no tocante às pessoas com deficiência vem passando por transformações. A esse respeito, Maciel (2000) afirma que,

Nos últimos anos, ações isoladas de educadores e de pais têm promovido e implementado a inclusão, nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento (MACIEL, 2000, *online*).

O passo seguinte, a nosso ver, consiste em ampliar essa visão, a fim de que, um número cada vez maior de professores modifique suas práticas pedagógicas para melhor incluir estes alunos em sala de aula.

Para a percepção do mundo e das coisas a sua volta, o aluno com deficiência visual utiliza outros sentidos. É importante compreender que quando esses alunos são estimulados, os mesmos adquirem as mesmas potencialidades que qualquer aluno sem deficiência, todavia, essas potencialidades devem ser desenvolvidas a partir de um trabalho pedagógico significativo, o que implica no envolvimento entre escola e família, exigindo ainda a utilização de materiais didáticos que servirão de mediadores entre o processo ensino-aprendizagem, educador e educando.

Finalmente, deve-se ter claro que, tal como ocorre com alunos sem deficiência, aos estudantes com deficiência matriculados no ensino regular, torna-se necessário garantir possibilidades efetivas de aprendizagem. Para tanto, será importante contar com o auxílio de metodologias de ensino diferenciadas e com o apoio de outros atores sociais, que poderão auxiliar no processo de inclusão destes estudantes.

2.1.2 Estratégias de ensino para alunos com deficiência visual

Atualmente, existem diversas formas de incluir os alunos com deficiência em sala de aula, o que se faz por meio de estratégias de ensino, as quais devem considerar as necessidades específicas desses alunos, garantindo-lhes, dessa forma, maiores possibilidades de aprendizagem dos conteúdos trabalhados.

Camargo *et al* (2008, p. 3401 *apud* NUNES; LOMÔNACO, 2010), ao pesquisarem a comunicação entre alunos com deficiência visual e seus professores, afirmam que “(...) utilizando-se maquetes e outros materiais possíveis de serem tocados, vinculam-se os

mencionados significados a representações táteis e, por meio da estrutura mencionada, esses significados tornam-se acessíveis aos alunos cegos ou com baixa visão”.

A seguir, apresentamos algumas estratégias que, para nós, são indispensáveis ao avanço no processo ensino e aprendizagem desses estudantes.

Para os estudantes com baixa visão, recomenda-se utilizar textos em fonte ampliada, além de lupa e computador adaptado, instrumentos considerados de grande importância para que esses alunos sintam-se parte do ambiente da sala de aula. Já para o aluno com cegueira, acreditamos que a alternativa mais viável para sua aprendizagem consiste na utilização do sistema *braille* como método para leitura e escrita, como também o uso do *soroban* para a realização de cálculos matemáticos.

Sobre o sistema *braille*, é importante ressaltar que “além de possibilitar o acesso à informação e a comunicação, esse valioso sistema de leitura e escrita é determinante ao empoderamento destes estudantes em meio a contextos escolares marcados por inúmeras barreiras, como também por experiências de discriminação e negação de direitos” (FARIAS, p. 59, 2018). Em relação ao *soroban*, é válido afirmar que ela é “uma tecnologia assistiva (*tecnologia de apoio*) de suma importância para o ensino e a aprendizagem da matemática voltado aos estudantes com deficiência visual, pois através desse instrumento é possível realizar diversas atividades numéricas” (FARIAS, p. 77, 2018, *grifos nossos*).

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa a partir de um questionário elaborado que foi aplicado com uma profissional da sala do AEE.

3 O DEFICIENTE VISUAL NA ÓTICA DA/O PROFISSIONAL DA SALA DO AEE

A entrevista e observação foram realizadas na Escola Estadual Cidadã Integral Cônego Nicodemos Neves, localizada na cidade de João Pessoa, no dia 09 de agosto de 2019, especificamente na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo o Ministério da Educação (2009) esta,

(...) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009).

Segundo a pessoa responsável pela sala, o nome do local que recebe estudantes com algum tipo de deficiência já mudou algumas vezes. Antigamente era chamada de sala especial, sala de recursos e hoje em dia chama-se AEE. São atendidos 23 alunos na sala, tanto da própria

escola quanto de uma escola próxima, Castro Alves, que também tem alunos com deficiência (física, visual, etc). Os alunos que frequentam o AEE no Nicodemos Neves vão desde o Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos da manhã e da tarde.

O turno que o aluno vai ao AEE é oposto ao da aula, a fim de não atrapalhar as aulas e a aprendizagem. “O atendimento é realizado de forma individual, uma vez que cada aluno tem necessidades diferentes”, disse a profissional.

Ela também disse que a sala do AEE é acompanhada pela Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD). Ela trabalha sozinha, embora os horários sejam divididos para que todos os alunos sejam atendidos. Abaixo temos a imagem da fachada da sala do AEE.

Imagem 1: Fachada da sala do AEE da escola visitada



Fonte: tirada por Uriel Carneiro

A escola tem dois alunos com baixa visão e estão matriculados no 3º ano do ensino fundamental I e 7º ano do ensino fundamental II. Um aspecto importante a ser considerado é que eles estão nas séries respectivas às suas idades. Os recursos e/ou estratégias metodológicas que são utilizados para aprendizagem desses estudantes, na escola, são lupa e computador adaptado. Farias (2018) diz que,

Muitos estudiosos sobre a inclusão educacional, enfatizam a importância da utilização dos recursos de tecnologia assistiva na educação de alunos com deficiência visual. Esses autores têm pontuado questões como aprendizagem, o preparo individual, a qualificação profissional e até mesmo a inserção social. Para o desenvolvimento do trabalho com este alunado, é imprescindível realizar adequações que facilitem o processo de aquisição de conhecimentos, minimizando as barreiras para a inclusão (FARIAS, 2018, p. 102-103).

Os recursos que os indivíduos com deficiência visual têm direito é um dos aspectos que fazem com que eles possam participar da sociedade. Sem a presença deles, os obstáculos seriam muito maiores, ou seja, a vida seria ainda mais complicada e difícil. A imagem abaixo mostra o espaço interno da sala do AEE. A imagem abaixo mostra o espaço interno da sala do AEE.

Imagem 2: Ambiente interno do AEE da escola visitada



Fonte: tirada por Uriel Carneiro

Sobre o acompanhamento dos alunos na sala do AEE, costuma acontecer semanalmente. Cada aluno fica na sala durante 1 hora, três vezes por semana. Como já mencionado, a FUNAD assiste a sala, assim como a gestão da escola.

Existe parceria entre o professor do AEE e o professor da sala regular onde esses alunos estão matriculados. A profissional entrevista disse que há uma comunicação muito boa com os professores. Na turma do 3º ano, como existe apenas uma professora para quase todas as disciplinas, exceto Educação Física e Artes, a relação se torna ainda mais estreita para que o que aconteça na sala regular seja complementado na sala do AEE. Já na turma do 7º ano, como tem vários professores, deve haver mais cuidado, pois o nível [de estudos] aumenta e o aluno às vezes não acompanha a quantidade de informações que é passada para ele.

As dificuldades que são observadas no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual pode ser resumida da seguinte maneira pela professora da escola em que foi realizada a pesquisa: “tem dias que eles não estão bem, que vem para a escola desanimados e nosso papel é fazer com que eles esqueçam o que aconteceu lá fora e possam focar na escola, que foquem em aprender”.

A escola, num geral, tem uma atenção para todos os alunos com deficiência. Para os alunos com deficiência visual, ela contribui em dar todo o aparato para que eles possam se desenvolverem e se incluírem. A gestão da escola trabalha todos os dias para contribuir no processo de inclusão dos alunos.

O diálogo entre a escola e a família desses alunos é de fundamental importância. As mães dos dois alunos com baixa visão estão sempre presentes na instituição para saber do andamento deles. Conforme Fettback e Baldin (2013, p. 2) “a participação efetiva da família no processo de aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento dos estudantes, frente às suas necessidades”.

A interação entre os alunos com deficiência visual e os demais alunos da escola é ótima. “Não tem tratamento diferenciado. Há uma ajuda para com eles. Eles [os que não tem deficiência] ajudam no que podem”, disse a professora.

É possível perceber avanços no processo de ensino e aprendizagem desses alunos no decorrer das aulas. “Cada dia é uma vitória em termos de aprendizado, pois eles são muito esforçados e absorvem o máximo que foi dado na sala regular e chegam aqui no AEE com toda a força de vontade para continuar o que fizeram lá”, confirmou a professora quando questionada.

Por fim, a questão relacionada sobre o que falta para fortalecer o processo de inclusão e aprendizagem destes estudantes, ela disse: “a educação, num geral, está passando por um momento muito complicado e a escola pública é a primeira a ser atingida, mas aqui na escola trabalhamos todo dia para que eles tenham uma estrutura que os comporte e os tornem cidadãos. A escola, como um todo, deve respirar inclusão para que eles [alunos com deficiência] se sintam parte”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, podemos concluir que a escola está bastante preparada para receber pessoas com qualquer tipo de deficiência. Há uma preocupação em incluir essas pessoas ao contexto escolar. No tocante aos alunos com deficiência visual, o Nicodemos Neves dispõe de aparatos que os contemplam e, com isso, eles possam ter o máximo de aprendizagem possível.

A partir dos argumentos da pessoa que trabalha no AEE durante a condução da entrevista, constatamos que a preocupação e o interesse que a escola tem com os alunos com deficiência é significativa. Percebemos que o trabalho ali desenvolvido é feito com amor e tem

o propósito de que eles (os alunos com deficiência) possam se tornar cidadãos e fazerem a diferença no mundo.

Portanto, verificamos que além dos recursos que são disponibilizados para os alunos com deficiência visual, outro aspecto a ser levado em consideração é a relação dos alunos sem deficiência e dos alunos com deficiência. Esse fato faz total diferença, ou seja, a inclusão social precisa tanto de recursos materiais quanto de recursos humanos para avançar e o professor da sala regular quanto do AEE deve ter isso em mente para que a escola seja um ambiente acolhedor e que a cada dia transforme pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2019.

BRASILEIRA, Memória da Administração Pública. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>> Acesso em: 22 de julho de 2019.

DORINA, Fundação. **Criação da Fundação para o Livro Cego no Brasil**. Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/linha-do-tempo/criacao-da-fundacao-para-o-livro-do-cego-no-brasil/>> Acesso em: 22 de julho de 2019.

FARIAS, A. Q. de. **Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional**. João Pessoa: UFPB, 2018.

FETTBACK, C. S.; BALDIN, N. **Relações entre família, escola e atendimento educacional especializado (aee) no contexto da educação especial na perspectiva da educação inclusiva: uma experiência na rede municipal de Joinville (sc)**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7879_4377.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2019.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 14, n 2, Abr/Jun 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008> Acesso em: 24 de julho de 2019.

NUNES, S., LOMÔNACO, J. F. B. **O aluno cego: preconceitos e potencialidades**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v 14, n 1, Jan/Jun 2010: 55-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06>> Acesso em: 22 de julho de 2019.

SAÚDE, Ministério da. **Portaria Nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html> Acesso em: 22 de julho de 2019.